

**GRANDES
CIENTISTAS SOCIAIS**

Coleção coordenada por
Florestan Fernandes

1. **DURKHEIM**
José Albertino Rodrigues
2. **FEBVRE**
Carlos Guilherme Mota
3. **RADCLIFFE-BROWN**
Julio Cezar Melatti
4. **W. KÖHLER**
Arno Engelmann
5. **LENIN**
Florestan Fernandes
6. **KEYNES**
Tamás Szmracsányi
7. **COMTE**
Evaristo de Moraes Filho
8. **L. von RANKE**
Sérgio B. de Holanda
9. **VARNHAGEN**
Nilo Odália
10. **MARX (Sociologia)**
Octavio Ianni
11. **MAUSS**
Roberto C. de Oliveira
12. **PAVLOV**
Isaias Passotti
13. **MAX WEBER**
Gabriel Cohn
14. **DELLA VOLPE**
Wilson J. Pereira
15. **HABERMAS**
Barbara Freitag e
Sérgio Paulo Rouanet
16. **KALECKI**
Jorge Miglioli
17. **ENGELS**
José Paulo Netto
18. **OSKAR LANGE**
Lenina Pomeranz
19. **CHE GUEVARA**
Eder Sader
20. **LUKACS**
José Paulo Netto
21. **GODELIER**
Edgard de Assis Carvalho
22. **TROTSKI**
Otávio Miranda
23. **JOAQUIM MABUCCO**
Paula Berguekman

Georg Simmel

Organizador: Evaristo de Moraes Filho

SOCIOLOGIA



que constituem seu conteúdo. Nem a fome, nem o amor, nem o trabalho, nem a religiosidade, nem a técnica, nem os produtos intelectuais são, por si mesmos, de natureza social; contudo, é o próprio fato da socição que dá a todas essas coisas a sua realidade. Se bem que a reciprocidade de ação, a união, a oposição dos homens apareça sempre como a forma de algum conteúdo concreto, no entanto somente isolando essa forma mediante a abstração é que se poderá constituir uma ciência da sociedade, no estrito sentido da palavra. Não importa que o conteúdo reaja sempre sobre o continente, isso em nada altera a questão. O estudo geométrico das formas dos cristais é um problema cuja especificidade de modo algum é diminuída pelo fato de que a maneira pela qual essas formas se realizam nos corpos particulares varie conforme a constituição química desses últimos. A quantidade de problemas que este ponto de vista permite suscitar, parece fora de dúvida. Unicamente, dado que, até o presente, ainda não se soube fazê-lo servir para determinar um campo de estudos que seja específico à Sociologia, importa antes de tudo habilitar os espíritos a discernir, nos fenômenos particulares, aquilo que é propriamente sociológico e o que é da alçada de outras disciplinas; é a única maneira de impedir nossa ciência de ficar respigando eternamente no campo dos vizinhos. É a este fim propedêutico que responde a presente pesquisa.

2. O PROBLEMA DA SOCIOLOGIA *

Se deve existir uma Sociologia como ciência particular, é necessário que o conceito de sociedade como tal, por cima da agrupação exterior dos fenômenos, submeta os fatos sociais históricos a uma nova abstração e ordenação, de modo que se reconheçam como conexas e formando assim objeto de uma ciência, certas disposições que até então só foram observadas em outras e várias relações.

Este ponto de vista surge agora mediante uma análise do conceito de sociedade, que se caracteriza pela distinção entre forma e conteúdo da sociedade — devendo ser accentuado que isso em realidade nada mais é do que uma metáfora para designar aproximadamente a oposição dos elementos que se deseja separar; esta oposição deve ser entendida em seu sentido peculiar, sem se deixar levar pela significação que tais designações provisórias possam ter em outros aspectos. Para chegar a esse objetivo, parto da mais ampla representação imaginável da sociedade, procurando evitar no possível a polémica das definições. À sociedade existe onde quer que vários indivíduos entram em interação. Esta ação reciproca se produz sempre por determinados instintos (*Trieben*) ou para determinados fins. Instintos eróticos, religiosos ou simplesmente sociais; fins de defesa ou ataque, de jogo ou ganho, de ajuda ou instrução,

* Reproduzido de SIMMEL, G. Das Problem der Soziologie. In: —. *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. 5. ed., Berlin, Duncker & Humblot, 1968. p. 4-21. Trad. por Evaristo de Moraes Filho.

estes e infinitos outros fazem com que o homem se encontre num estado de convivência com outros homens, com ações a favor deles, em conjunto com eles, contra eles, em correlação de circunstâncias com eles. Numa palavra, que exerça influência sobre eles e por sua vez as receba deles. Essas interações significam que os indivíduos, nos quais se encontram aqueles instintos e fins, foram por eles levados a unir-se, convertendo-se numa unidade, numa "sociedade". Pois unidade em sentido empírico nada mais é do que interação de elementos. Um corpo orgânico é uma unidade, porque seus órgãos se encontram numa troca mútua de suas energias, muito mais íntima do que com nenhum ser exterior. Um Estado é uma unidade, porque entre seus cidadãos existe a correspondente relação de ações mútuas. Mais ainda, o mundo não poderia ser chamado de uno, se cada parte não influísse de algum modo sobre as demais, ou se em algum ponto se interrompesse a reciprocidade das influências.

Aquela unidade ou socição (*Vergesellschaftung*) pode ter diversos graus, segundo a espécie e a intimidade que tenha a interação — desde a união efêmera para dar um passeio até a família; desde as relações por prazo indeterminado até a pertinência a um mesmo Estado; desde a convivência fugitiva num hotel até a união estreita de uma corporação medieval. Pois bem, designo como conteúdo ou matéria da socição tudo quanto exista nos indivíduos (portadores concretos e imediatos de toda a realidade histórica) — como instinto, interesse, fim, inclinação, estado ou movimento psíquico —, tudo enfim capaz de originar ação sobre outros ou a recepção de suas influências. Em si mesmas, estas matérias com que se enche a vida, estas motivações, ainda não chegam a ser social. Nem a fome nem o amor, nem o trabalho nem a religiosidade, nem a técnica nem as funções e obras da inteligência constituem ainda socição quando se dão imediatamente e em seu sentido puro. A socição só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral da interação. A socição é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual se realizam seus interesses. E é na base desses interesses — tangíveis ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, impulsionados causalmente ou induzidos teleologicamente — que os indivíduos constituem tais unidades.

Em qualquer fenômeno social dado, conteúdo e forma sociais constituem uma realidade unitária. Uma forma social desligada de todo conteúdo não pode ter existência, do mesmo modo que a forma espacial

não pode existir sem uma matéria da qual seja forma. Tais são justamente os elementos, inseparáveis na realidade, de cada ser e acontecer sociais: um interesse, um fim, um motivo e uma forma ou maneira de interação entre os indivíduos, pelo qual ou em cuja figura aquele conteúdo alcança realidade social.

Pois bem, o que faz com que a "sociedade", em qualquer dos sentidos válidos da palavra, seja sociedade, são evidentemente as diversas maneiras de interação a que nos referimos. Um aglomerado de homens não constitui uma sociedade só porque exista em cada um deles em separado um conteúdo vital objetivamente determinado ou que o mova subjetivamente. Somente quando a vida desses conteúdos adquire a forma da influência recíproca, só quando se produz a ação de uns sobre os outros — imediatamente ou por intermédio de um terceiro — é que a nova coexistência social, ou também a sucessão no tempo, dos homens, se converte numa sociedade. Se, pois, deve haver uma ciência cujo objeto seja a sociedade, e nada mais, deve ela unicamente propor-se como fim de sua pesquisa estas interações, estas modalidades e formas de socição. Tudo mais que se encontra no seio da "sociedade", tudo o que se realiza por ela e em seus limites, não é propriamente sociedade, mas simplesmente um conteúdo que desenvolve esta forma de coexistência ou é por ela desenvolvido; somente se produz a figura real chamada "sociedade", no mais amplo e costumeiro sentido do termo, quando se juntam conteúdo e forma. Separar por abstração científica estes dois elementos, forma e conteúdo, que são na realidade inseparavelmente unidos; sistematizar e submeter a um ponto de vista metódico, unitário, as formas de interação ou socição, mentalmente desligadas dos conteúdos, que só por meio delas se fazem sociais, me parece a única possibilidade de fundar uma ciência especial da sociedade como tal. Somente tal ciência pode realmente projetar os fatos designados sob o nome de realidade social-histórica no plano do puramente social.

Ainda que semelhantes abstrações — as únicas que produzem ciência da complexidade ou também da unidade do real — tenham surgido das necessidades internas do conhecimento, elas também exigem alguma justificação na própria estrutura da objetividade. Pois somente na existência de alguma relação funcional com o mundo dos fatos, pode-se encontrar garantia contra um problematismo estéril, contra o caráter accidental da formação de conceitos científicos. Destarte, erra o naturalismo ingênuo crendo que o dado na realidade já contém os princípios analíticos e sintéticos da ordenação, mediante os quais pode esta realidade dada ser conteúdo da ciência. Contudo, as características do dado

são mais ou menos suscetíveis de receber aquelas ordenações, como, por exemplo, um retrato transforma fundamentalmente a aparência natural humana, mas há rostos que se acomodam melhor que outros a esta transformação radical. De acordo com isso, podemos avaliar a maior ou menor eficácia dos vários problemas e métodos científicos. O direito de submeter os fenômenos histórico-sociais a uma análise de formas e conteúdos, e levar as primeiras a uma síntese, repousa em duas condições que só nos fatos podem ser verificadas. De um lado, é preciso que uma mesma forma de socição possa ser observada em conteúdos totalmente diversos e em conexão com fins totalmente diversos. Por outro lado, é necessário que o mesmo interesse apareça realizado em formas de socição completamente diversas, que lhe serviriam de meio ou veículo. Encontra-se um paralelo no fato de que as mesmas formas geométricas podem ser observadas nas mais diversas matérias e a mesma matéria nas mais diversas formas espaciais. O que se manifesta, de modo análogo, entre as formas lógicas e os conteúdos materiais do conhecimento.

Estas duas condições são fatos inegáveis. Em grupos sociais que por seus fins e por toda sua significação são os mais diversos que se possam imaginar, encontramos as mesmas relações formais dos indivíduos entre si. Dominação e subordinação, competição, imitação, divisão do trabalho, formação de partidos, representação, coexistência da união para dentro e a exclusão para fora, e incontáveis formas semelhantes, se encontram tanto num Estado quanto numa comunidade religiosa, num bando de conspiradores como numa cooperativa econômica, numa escola de arte como numa família. Por mais diversos que sejam os interesses que levam a essas socições, as formas nas quais esses interesses se realizam podem ser iguais. Por outro lado, o mesmo interesse pode revestir-se de formas bem diferentes. O interesse econômico, por exemplo, realiza-se tanto sob a forma de competição como de organização planejada de produtores, em isolamento de outros grupos ou em fusão com eles. Os conteúdos religiosos de vida, permanecendo os mesmos, ora adotam uma forma liberal, ora uma forma centralizada de comunidade. Os interesses baseados nas relações sexuais são satisfeitos na variedade quase incalculável das formas familiares. O interesse pedagógico pode levar a uma relação liberal ou a uma relação despótica entre professor e discípulo, a uma interação individualista entre eles, ou a um tipo mais coletivista de interação entre o professor e a totalidade de seus discípulos. Assim, como pode ser idêntica a forma na qual se realizam os mais divergentes conteúdos, também a matéria pode permanecer idêntica, enquanto a convivência dos indivíduos em que se realiza se apresenta

numa grande variedade de formas. Vemos, então, que, se na realidade dos fatos, a matéria e a forma constituem uma unidade indissolúvel da vida social, pode-se extrair deles essa legitimação do problema sociológico, que requer que as formas puras de socição sejam identificadas, ordenadas sistematicamente e estudadas do ponto de vista de seu desenvolvimento histórico.

Este problema está em completa oposição à maneira pela qual vieram sendo criadas as particulares ciências sociais existentes, pois, até agora, a divisão do trabalho entre elas está determinada pela diversidade do conteúdo. Tanto a economia política como o sistema das organizações eclesiásticas, tanto a história do ensino como dos costumes, tanto a política como as teorias da vida sexual, etc., distribuíram entre si de tal modo o campo dos fenômenos sociais, que uma Sociologia, que pretendesse englobar esses fenômenos em sua totalidade, no indifferenciado de forma e conteúdo, nada mais seria do que uma soma daquelas ciências. Enquanto as linhas que traçamos através da realidade histórica, para distribuí-la em campos de pesquisa distintos, unam somente aqueles pontos em que aparecem os mesmos conteúdos de interesses, não haverá lugar nessa realidade para uma Sociologia independente. Necessita-se ao contrário de uma linha, que, cruzando todas as anteriormente traçadas, isole o fato puro da socição (*die reine Tatsache der Vergesellschaftung*), que se apresenta com diversas configurações em relação com os mais divergentes conteúdos e constitua com ele um campo especial. Só deste modo se fará a Sociologia uma ciência especial, no mesmo sentido — salvando as diferenças evidentes de métodos e resultados — como o conseguiu a teoria do conhecimento, abstraindo da pluralidade dos conhecimentos das coisas singulares as categorias ou funções do conhecimento como tal. A Sociologia pertence àquele tipo de ciências, cujo caráter especial decorre, não de que seu objeto esteja compreendido junto com outros sob um conceito mais amplo (como Filologia clássica e germânica, ou Óptica e Acústica), e sim de considerar de um ponto de vista especial o campo total dos objetos. O que a distingue das demais ciências histórico-sociais não é, pois, o seu objeto, e sim o modo de considerá-lo, a abstração particular que nela se processa.

O conceito de sociedade tem duas significações, que devem manter-se rigorosamente separadas ante a consideração científica. De um lado, ela é o complexo de indivíduos sociados, o material humano socialmente conformado, que constitui toda a realidade histórica. De outro lado, porém, "sociedade" é também a soma daquelas formas de relação pelas quais surge dos indivíduos a sociedade em seu primeiro sentido.

Assim, designa-se com o nome de "esfera", de um lado, uma matéria conformada de certo modo, mas também, em sentido matemático, a mera configuração ou forma, por força da qual, da simples matéria informe, resulta a esfera no primeiro sentido. Quando se fala em ciências sociais naquela primeira significação, seu objeto é tudo o que acontece na e com a sociedade. A ciência social, no segundo sentido, tem por objeto as forças, relações e formas, por meio das quais os homens se sociam; as quais, assim, em representação autônoma, constituem a "sociedade" *sensu strictissimo*, que, como é evidente, não se desvirtua pela circunstância de que o conteúdo da sociação, as modificações especiais de seus fins e interesses materiais, decidam na maioria das vezes ou sempre sobre sua conformação especial. Seria totalmente errônea a objeção que afirmasse que todas essas formas — hierarquias e corporações, concorrências e formas matrimoniais, amizades e usos sociais, domínio de um ou de muitos — nada mais são do que acontecimentos produzidos em sociedade já existentes, porque se já não existisse anteriormente uma sociedade, faltariam a condição e a ocasião, para que surgissem essas formas. Esta crença decorre de que, em todas as sociedades que conhecemos, atua um grande número de tais formas de ligação, isto é, de sociação. Ainda que ficasse somente uma delas, sempre permanecería ainda "sociedade", de maneira que todas elas podem parecer agregadas a uma sociedade já pronta, ou nascidas em seu seio. Mas se imaginamos desaparecidas todas essas formas singulares, não resta mais nenhuma sociedade. Somente quando atuam estas relações mútuas, produzidas por certos motivos e interesses, surge a sociedade. De modo que, ainda que a história e as leis das organizações totais, assim surgidas, sejam coisas da ciência social em sentido amplo, contudo, como esta já se fragmentou nas ciências sociais particulares, cabe uma Sociologia em sentido estrito, com uma tarefa especial, a das formas abstraidas, que, mais do que determinar a sociação, constituem antes a própria sociação.

A sociedade, no sentido em que pode ser considerada pela Sociologia, é ou o conceito geral abstrato que engloba todas essas formas, o gênero do qual são espécies, ou a soma das formas que atuam em cada caso. Segue-se daí, deste conceito, que um número dado de indivíduos pode constituir uma sociedade, em maior ou menor grau. A cada novo aumento de formações sintéticas, a cada formação de partidos, a cada união para uma obra comum ou num comum sentimento ou modo de pensar, a cada distribuição mais precisa da submissão e da dominação, a cada refeição em comum, a cada adorno que alguém use

para os demais, o mesmo grupo vai-se tornando cada vez mais sociedade do que antes. Não há uma sociedade absoluta, no sentido de que deveria existir como condição prévia para que surjam esses diversos fenômenos de união; pois não há interação absoluta mas somente diversas modalidades dela, cuja emergência determina a existência da sociedade, da qual não são nem causa nem efeito, mas ela própria de maneira imediata. Somente a extraordinária pluralidade e variedade destas formas de interação a cada momento empresam uma aparente realidade histórica autônoma ao conceito geral de sociedade. Talvez resida nesta hipótese de uma simples abstração a causa da estranha indeterminação e insegurança que teve este conceito nas reflexões da Sociologia geral, feitas até agora. A mesma coisa aconteceu com o conceito da vida que não teve nenhum avanço substancial, enquanto a ciência o considerou como um fenômeno unitário, de realidade imediata. A ciência da vida só se estabeleceu em bases firmes, quando foram investigados os processos singulares que se verificam nos organismos, processos cuja soma e trama constituem a vida, unicamente quando se reconheceu que a vida consiste somente nos processos particulares que se dão nos órgãos e células, e entre estes.

Só desta maneira se poderá determinar o que na sociedade é realmente "sociedade", como a Geometria determina o que, nas coisas espaciais, constitui realmente a espacialidade. A Sociologia, como teoria do ser-sociedade na humanidade, que também pode ser objeto de ciências em outros aspectos inumeráveis, encontra-se, pois, com as demais ciências especiais, na mesma relação em que está a Geometria com as ciências físico-químicas da matéria. A Geometria considera a forma pela qual a matéria se torna um corpo empírico, forma que em si mesma só existe, de fato, na abstração, precisamente como as formas da sociação. Tanto a Geometria como a Sociologia deixam para outras ciências a pesquisa dos conteúdos que se realizam nas suas formas ou dos fenômenos totais, de cuja mera forma a Geometria e a Sociologia se ocupam. Apenas é necessário advertir que esta analogia com a Geometria não deve ir além da aclaração do problema fundamental da Sociologia, como intentado aqui. Antes de tudo, a Geometria tem a vantagem de dispor em seu campo de modelos extremamente simples nos quais podem se conter as mais complicadas figuras; por isso pode construir todo o círculo das formas possíveis com relativamente poucas definições fundamentais. No que diz respeito às formas da sociação, não se deve esperar em tempo previsível sua resolução, nem sequer aproximada, em elementos simples. A consequência disso é que as formas sociológicas, se

podem ser aproximadamente definidas, só possuem validade para um círculo limitado de problemas. Assim, se se diz, por exemplo, que a superordenação e a subordinação são formas que se encontram em quase toda sociedade humana, pouco se conseguiu para todo este conhecimento geral. Do que se precisa é penetrar mais nas diversas espécies de superordenação e da subordinação, nas suas formas especiais de realização. Naturalmente, tanto mais essas formas sejam determinadas, quanto mais se reduzirá o seu círculo de aplicabilidade.

Nos dias de hoje, costuma-se colocar toda a ciência diante desta alternativa: ou se dedica a descobrir leis válidas sem sujeição ao tempo, ou se volta para a explicação e conceptualização dos processos singulares históricos e reais. Contudo, não devem ser excluídos os inumeráveis fenômenos intermediários com que se ocupa a prática real das ciências. Essa alternativa é irrelevante à nossa concepção do problema da Sociologia, porque esta concepção torna desnecessária a escolha entre as duas respostas da alternativa. O objeto que abstraímos da realidade pode, por um lado, ser considerado, do ponto de vista das leis, que, partindo da pura estrutura objetiva dos elementos, se apresentam independentemente de sua realização espaço-temporal. Têm a mesma validade, quer as realidades históricas as façam manifestar-se uma ou mil vezes. Por outro lado, porém, aquelas formas de socição podem ser examinadas, com igual validade, em relação à sua ocorrência em lugares e tempos específicos, e de seu desenvolvimento histórico em grupos determinados. A verificação, neste último caso, encontra-se na própria finalidade histórica, por assim dizer; no primeiro caso, é necessário colher material para a indução das leis que não se sujeitam ao tempo. Da competição, por exemplo, temos experiência nos mais diversos campos — na Ciência Política, na Economia, na História da Religião, na História da Arte, se nos apresentam incontáveis casos. Tudo consiste em verificar nos fatos o que significa a competição como forma pura da conduta humana, em que circunstâncias ela se apresenta e se desenvolve, como é ela modificada pela natureza particular de seu objeto; por que contemporâneas características formais e materiais de uma sociedade é ela acrescida ou reduzida; como se diferencia a competição entre os indivíduos da que se dá entre grupos. Em uma palavra, devemos verificar o que a competição é como forma de relação dos homens entre si; forma que pode envolver toda sorte de conteúdos, mas que, a despeito da grande variedade desses conteúdos, a forma mantém sua própria identidade e prova que pertence a um campo regulado segundo leis próprias e susceptíveis de abstração. Nos fenômenos complexos, os elementos semelhantes se

destacam como por um corte transversal, enquanto os dessemelhantes, isto é, os interesses que constituem os conteúdos, paralisam-se uns aos outros, reciprocamente.

Deve-se proceder de modo análogo com todas as grandes relações e interações que formam as sociedades: organização de partidos; imitação; formação de classes e de círculos; subdivisões secundárias; a encarnação de tipos de interação social nas estruturas especiais de natureza objetiva, ideal ou pessoal; o crescimento e o papel das hierarquias; a "representação" de grupos pelos indivíduos; o significado de um adversário comum para a solidariedade interna do grupo. A esses problemas fundamentais juntam-se outros que não menos regularmente contêm a forma determinante dos grupos, e que são, ora fatos mais especiais, ora fatos mais complexos. Entre os primeiros, mais especiais, como exemplo, podem-se citar a significação dos "não-partidários" (que não formam partidos), dos "pobres", como membros orgânicos da sociedade, a determinação numérica dos elementos dos grupos, a do *primus inter pares* e a do *tertius gaudens*. Entre os segundos, fatos mais complexos, estão: a interseção de vários círculos nas personalidades individuais, a significação especial do "segredo" na formação de círculos, a modificação dos caracteres dos grupos em função da composição de seus membros por indivíduos que se encontram na mesma localidade ou pela agregação de elementos separados; e inumeráveis muitos outros.

Como já indicado, prescindo aqui da questão de se existe uma igualdade absoluta de formas com diversidade de conteúdo. A igualdade aproximada que apresentam as formas em circunstâncias materiais bem diferentes, assim como o contrário, é suficiente para, em princípio, considerá-la possível. O fato de que não se realize inteiramente esta igualdade mostra justamente a diferença que existe entre os fenômenos histórico-espirituais, com suas flutuações e complexidades, nunca completamente racionalizáveis, e a capacidade da Geometria de abstrair com absoluta pureza de sua realização na matéria as formas submetidas a seu conceito. Tenha-se também em conta que esta igualdade de modalidades de interação, qualquer que seja a variedade do material humano e real, e vice-versa, nada mais é, em princípio, que um meio auxiliar para efetivar e justificar a distinção científica entre forma e conteúdo nas particulares manifestações de conjunto. Metodologicamente, esta separação seria necessária, mesmo quando as constelações dos fatos impedissem a aplicação do processo indutivo, que do diverso extrai o igual, da mesma maneira que a abstração geométrica que a forma espa-

cial de um corpo estaria justificada, ainda que esse corpo com essa determinada forma particular tenha existido uma única vez no mundo.

Não pode ser negado, todavia, que esta discussão representa uma dificuldade de metodologia. Por exemplo, no fim da Idade Média, certos mestres das corporações se viram forçados, pela extensão das relações comerciais, a uma aquisição de materiais, a um emprego de companheiros, a uma utilização de novos meios para atrair a clientela, que não mais se coadunavam com os antigos princípios corporativos, segundo os quais cada mestre devia ter a mesma "recompensa" que todos os outros. Mediante essas inovações, os mestres procuraram colocar-se fora desta estreita e tradicional unidade. Do ponto de vista sociológico puro, do ponto de vista da forma que faz abstração de conteúdo próprio, isso significa que a ampliação do círculo ao qual o indivíduo está vinculado pelas suas ações é acompanhada de uma articulação maior das individualidades, maior liberdade e maior diferenciação dos membros do círculo. Agora, ao que eu saiba, não existe nenhum método seguro para extrair daquele *factum* complexo, realizado em seu conteúdo, este sentido sociológico. Em outras palavras, não há método seguro para responder as questões, de como configurações puramente sociológicas e como interações específicas dos indivíduos (abstração feita de seus interesses e instintos e das condições puramente objetivas) contêm o processo histórico. Pelo contrário, o processo histórico pode ser interpretado em diversos sentidos e, além disso, os fatos históricos que atestam a realidade das formas sociológicas específicas devem ser apresentados em sua totalidade material. Numa palavra, carecemos de um meio que nos permita, em todas as circunstâncias, discernir a forma e o conteúdo nos elementos sociológicos. O caso é comparável à demonstração de um teorema geométrico por meio de uma figura desenhada com a inevitável contingência e imperfeição de todos os desenhos. O matemático, porém, pode sentir-se seguro ao admitir que, a despeito da imperfeição do desenho, o conceito da figura geométrica ideal é conhecido e compreendido como o único sentido essencial dos traços de giz ou tinta. Aqui, porém, o sociólogo não pode admitir suposição análoga; não pode ele distinguir entre a pura sociação e o total fenômeno real por meios lógicos.

A esta altura, apesar do *odium* que atraiemos sobre nós, devemos falar de procedimentos intuitivos — por mais longe que estejam de qualquer intuição especulativa e metafísica. Referimo-nos a uma particular disposição do olhar, pela qual se realiza a distinção entre forma e conteúdo. Esta intuição, por enquanto, só pode ser compreendida por meio de exemplos, até que mais tarde seja controlada por métodos ex-

pressáveis em conceitos e que lhe deem bastante segurança. E esta dificuldade cresce mais ainda, não só porque não dispomos de uma técnica indubitável para o manejo do conceito sociológico fundamental (de sociação), mas também, ainda que este conceito possa ser efetivamente aplicado, há ainda muitos elementos nos fenômenos a serem estudados cuja subsunção a este conceito ou ao conceito de conteúdo continua arbitrária. Existirão, por exemplo, opiniões contrárias, sobre até que ponto o fenômeno do "pobre" é de natureza sociológica (quanto à forma e ao conteúdo), isto é, um resultado das relações formais que se operam dentro de um grupo, um resultado que é determinado pelas correntes e mudanças gerais que são o produto necessário da convivência dos homens; ou até que ponto a pobreza pode ser considerada simplesmente como uma determinação material de certas existências individuais, que deve ser estudada exclusivamente do ponto de vista de seus interesses econômicos (isto é, de seus conteúdos).

Podem-se considerar os fenômenos históricos, de modo geral, de três pontos de vista fundamentais: considerando as existências individuais, que são os portadores reais das situações; considerando as formas de interação, que, embora só se realizem entre existências individuais, não são observadas, contudo, do ponto de vista destas, e sim do ponto de vista da sua coexistência, colaboração e auxílio mútuo; considerando os conteúdos, formulados em conceitos, das situações e dos acontecimentos, nos quais se levam em conta, agora, não seus portadores ou as relações que mantêm entre si, e sim seu sentido puramente objetivo, expresso na economia e na técnica, na arte e na ciência, nas normas jurídicas e nos produtos da vida sentimental. Estes três pontos de vista se misturam freqüentemente; a necessidade metodológica de conservá-los separados choca-se sempre com a dificuldade de ordenar cada um deles numa série independente dos outros, e com o forte desejo de obter uma imagem única da realidade, que abranja todos os seus aspectos. E não poderá ser determinado em todos os casos quão profundamente um penetra no outro; de modo que, por maiores que sejam a clareza e o rigor metodológicos na colocação da questão fundamental, será difícil evitar a ambigüidade. O estudo dos problemas particulares parecerá pertencer tanto a uma como a outra categoria, e, mesmo dentro de uma delas, será sempre impossível manter-se com segurança no tratamento próprio, evitando o método próprio das demais. Tenho a esperança de que a metodologia aqui indicada para a Sociologia se torne mais segura e mais clara nas exposições dos problemas particulares, do que nesta fundamentação abstrata. Nas coisas espirituais não é raro —

até é corrente, tratando-se de problemas os mais gerais e profundos — que isso que, com uma imagem inevitável, temos de chamar de fundamento, não se revele tão firme como o edifício erguido sobre ele. A prática científica, especialmente nos domínios até agora não cultivados, não pode prescindir de certo procedimento instintivo, cujos motivos e normas somente depois chegam totalmente à clara consciência e elaboração sistemática. Não é menos certo que o trabalho científico não pode em nenhuma esfera basear-se plenamente naqueles procedimentos pouco claros ainda, instintivos, que só encontram aplicação imediatamente na pesquisa particular; mas seria condená-lo à esterilidade, se diante de problemas novos se formulara aos primeiros passos um método já plenamente acabado¹.

Dentro do campo dos problemas que se constituem, ao separar de um lado as formas de interação, sociadora, e de outro o fenômeno total da sociedade, há parte das pesquisas aqui propostas que já estão fora, por assim dizê-lo, quantitativamente, dos problemas geralmente tidos como sociológicos. Se se considera a questão das ações que vão e vêm entre os indivíduos, e de cuja soma resulta a coesão da sociedade, manifesta-se em seguida uma série e até um mundo de tais formas de relação, que, até agora, ou não eram incluídas na ciência social, ou,

1 Se considerarmos a infinita complicação da vida social e que os conceitos e métodos com que deverá ser dominada espiritualmente acabam de sair de sua primitiva rudeza, seria megalomania esperar desde logo, agora, uma clareza profunda dos problemas e uma correção absoluta das respostas. Parece-me mais digno admitir isso de antemão, pois deste modo, pelo menos realizamos com decisão o começo, ao passo que, com a afirmação de já estar tudo concluído, faria questionável até mesmo a significação de tais propósitos. Assim, pois, os capítulos deste livro devem ser considerados como exemplos quanto ao método, quanto ao conteúdo, como fragmentos do que eu entendo que deva ser a ciência da sociedade. Em ambos os sentidos pareceria indicado escolher temas os mais heterogêneos possíveis, mesclando o geral e o especial. Quanto menos, o que aqui se oferece, aparece envolvido numa conexão sistemática; quanto mais afastadas estejam as suas partes, tanto mais amplo há de aparecer o círculo dentro do qual um aperfeiçoamento futuro da Sociologia unirá os pontos que já agora podem ser fixados isoladamente. Se eu mesmo destaco, desta maneira, o caráter fragmentário e incompleto deste livro, não quero com isso pretender me defender, com fácil precaução, contra objeções desta espécie. Assim, se, diante do ideal de uma perfeição objetiva, a arbitrariedade indubitável na escolha dos problemas particulares e dos exemplos pareça uma falta, isso simplesmente viria provar que não conseguí fazer compreender com bastante clareza meu pensamento fundamental. Trata-se aqui somente do começo e do guia para um caminho infinitamente longo; pretender a plenitude sistemática seria, pelo menos, enganar-se a si mesmo. A plenitude somente pode ser alcançada pelo indivíduo no sentido subjetivo, comunicando tudo quanto conseguir enxergar.

quando o eram, mantinham-se incógnitas em seu significado fundamental e vital. Em geral, a Sociologia se tem limitado a estudar aqueles fenômenos sociais nos quais as forças recíprocas dos seus portadores imediatos já se cristalizaram em unidades, ideais pelo menos. Estratos e associações sindicais, sacerdócios e formas de família, constituições econômicas e organizações militares, grêmios e municípios, formação de classes e divisão industrial do trabalho — estes e outros grandes órgãos e sistemas pareciam constituir a sociedade, preenchendo o círculo de sua ciência. É evidente que quanto maior, quanto mais importante e dominante for uma província social de interesses ou uma direção da ação, tanto mais facilmente ocorrerá a transformação da vida imediata, interindivíduo, em organizações objetivas, surgindo assim uma existência abstrata, situada mais além dos processos individuais e primários.

Somente que isto agora requer um complemento importante em dois sentidos. Ao lado dos fenômenos visíveis que se impõem por sua extensão e por sua importância externa, existe um número imenso de formas de relação e de interação entre os homens, que, nesses casos particulares, parecem de mínima monta, mas que se oferecem em quantidade incalculável e são as que produzem a sociedade, tal como a conhecemos, intercalando-se entre as formações mais amplas, oficiais, por assim dizê-lo. Limitar-se a estas últimas seria repetir a antiga ciência dos órgãos internos do corpo humano, que se dedicava aos grandes órgãos bem determinados: coração, fígado, pulmão, estômago, etc., abandonando os incontáveis tecidos que careciam de nome popular ou que eram desconhecidos, mas sem os quais aqueles órgãos bem determinados nunca produziriam um corpo vivo. A vida real da sociedade, tal como se apresenta na experiência, não poderia ser construída tão somente com aquelas formações do gênero indicado, que constituem os objetos tradicionais da ciência social. Sem a intercalação de incontáveis sínteses pouco extensas, às quais é dedicada a maior parte destes estudos, ficaria fragmentada numa pluralidade de sistemas descontínuos. O que dificulta a fixação científica dessas formas sociais, pouco visíveis, é ao mesmo tempo o que as faz infinitamente importantes para a compreensão mais profunda da sociedade: é o fato de que, em geral, não estão assentadas ainda em organizações fortes, supraindividuais, e sim que nelas a sociedade se manifeste, por assim dizer, em *status nascens*, naturalmente não em sua origem primeira, historicamente inexecutável, mas no que traz consigo cada dia e cada hora. Constantemente se ata, se desata e se ata de novo a socição entre os homens, num constante fluir e pulsar, que encadeia os indivíduos, ainda que não chegue a formar organizações

propriamente ditas. Trata-se aqui dos processos microscópico-moleculares, por assim dizer, que se oferecem no material humano, mas que constituem o verdadeiro acontecer, que mais tarde se organiza ou hipostasia naquelas unidades e sistemas fortes, macroscópicos. Os homens se olham uns aos outros, têm cimesas mútuas, escrevem-se cartas, comem juntos, são simpáticos ou antipáticos, independente de qualquer interesse apreciável; o agradecimento produzido pela prestação altruísta possui o poder de um vínculo irrompível; um homem pergunta o caminho ao outro, os homens se vestem e se enfeitam uns para os outros, e todas estas e mil outras relações momentâneas ou duradouras, conscientes ou inconscientes, inseqüentes ou fecundas, que se dão entre pessoa e pessoa, e das quais se destacam arbitrariamente estes exemplos, nos vinculam incessantemente uns aos outros. Em cada momento fiam-se fios deste gênero, se abandonam, se tornam a recolher, se substituem por outros, se tecem com outros. Aqui se encontram as interações que se produzem entre os átomos da sociedade, e que somente são acessíveis ao microscópio psicológico; mas produzem toda a resistência e elasticidade, a variedade e unidade desta vida da sociedade, tão clara e tão misteriosa.

Trata-se de aplicar à coexistência social o princípio das ações infinitas e infinitamente pequenas, que se revelou tão eficaz nas ciências da natureza: a Geologia, a Teoria biológica da evolução, a História. Os passos infinitamente pequenos criam a conexão da unidade histórica; as interações de pessoa a pessoa, igualmente pouco visíveis, estabelecem a conexão da unidade social. Tudo quanto acontece no campo dos contínuos contatos físicos e espirituais, as mútuas excitações ao prazer e à dor, as conversações e os silêncios, os interesses comuns e antagonicos, é o que faz com que a sociedade seja irrompível; de tudo isso dependem as flutuações de sua vida, mediante as quais seus elementos ganham, perdem, se transformam incessantemente. Talvez, partindo deste ponto de vista, se obtenha para a ciência social o que se obteve com o microscópio para a ciência da vida orgânica. Nesta, a pesquisa se limitava aos grandes órgãos, claramente determinados, e cujas diferentes formas e funções se mostram a olho nu. Com o microscópio apareceu a vinculação do processo vital com os seus menores órgãos, as células, e sua identidade nas inumeráveis e incessantes interações que se dão entre elas. Sabendo como se unem ou se destroem umas às outras, como se assimilam ou se influenciam quimicamente, vemos pouco a pouco de que modo o corpo cria sua forma, a conserva ou modifica. Os grandes órgãos em que se reuniram, formando existências e atividades separadas,

como sujeitos fundamentais da vida e suas interações, não teriam nunca feito compreensível a conexão da vida, se não se houvesse descoberto que a vida fundamental, propriamente dita, é constituída por aqueles incontáveis processos que se dão entre os menores elementos, e que logo se combinam para formar os macroscópicos. Não se trata de analogia biológica ou metafísica entre as realidades da sociedade e o organismo. Trata-se somente da analogia com a consideração metodológica e seu desenvolvimento; trata-se de descobrir os delicados fios das relações mínimas entre os homens, em cuja repetição continua se fundam aquelas grandes formações que se fizeram objetivas e que oferecem uma história propriamente dita. Estes processos primários, que formam a sociedade com um material individual imediato, devem ser submetidos ao estudo formal, junto aos processos e organizações mais elevados e complicados; devem ser examinadas as interações particulares, que se manifestam em massa, mas às quais não está habituada a atual concepção teórica, considerando-as como formas constitutivas da sociedade, como partes da sociedade. Sim, precisamente porque a Sociologia as tem somente considerado por alto, por isso mesmo é conveniente consagrar um estudo deíto a estas modalidades de relação, aparentemente insignificantes.

Mas, exatamente porque assumem esta orientação, os estudos aqui expostos parecem não ser outra coisa do que capítulos da Psicologia, ou, talvez, de Psicologia Social. Agora, não cabe nenhuma dúvida de que todos os acontecimentos e instintos sociais têm seu lugar na alma; que a socição é um fenômeno psíquico e que seu fato fundamental — de que uma pluralidade de elementos se converta numa unidade — não encontra analogia no mundo do corpóreo, de vez que neste tudo está fixo na exterioridade insuperável do espaço. Seja qual for o acontecer histórico que designemos com o nome de social, seria para nós um jogo de marionetes, não mais compreensível nem mais significativo que a confusão das nuvens ou o entrecruzamento dos ramos da árvore, se não reconhecêssemos que, sujeitos daquelas exterioridades, o que é mais essencial, o que interessa para nós, são somente motivações, sentimentos, pensamentos, necessidades da alma. Teríamos chegado, assim, à compreensão causal de qualquer acontecer social, quando, partindo de certos dados psicológicos e seu desenvolvimento segundo "leis psicológicas" — por problemático que nos seja seu conceito —, pudéssemos deduzir plenamente esses acontecimentos. Também nenhuma dúvida existe de que o que compreendemos da existência histórico-social nada mais são do que encadeamentos espirituais que, mediante uma Psicologia, ora instintiva, ora metódica, reproduzimos e reduzimos à plausibilidade

quando estamos interessados em sua significação geométrica não nos referimos a esses traços, e sim à significação que lhes dá o conceito geométrico, que é completamente heterogêneo da figura física, formada por traços de giz. Por outro lado, esta figura, precisamente como uma estrutura física, pode ser objeto de outras categorias científicas e de outras considerações especiais, tais como a sua produção fisiológica, a sua composição química e a sua impressão ótica. Neste sentido, então, os dados da Sociologia são processos anímicos, cuja realidade imediata se oferece primeiramente nas categorias psicológicas. Mas estas, ainda que indispensáveis para a descrição dos fatos, permanecem fora do propósito da consideração sociológica, a qual consiste somente na realidade objetiva da sociedade, realidade que, para ser segura, se sustenta em processos psíquicos, único meio às vezes de descrevê-la. Do mesmo modo, um drama, do começo ao fim, contém somente processos psicológicos e pode ser compreendido somente psicologicamente; apesar disso, seu objetivo não são os conhecimentos psicológicos, mas as sínteses que resultam dos processos anímicos, do ponto de vista do trágico, da forma artística, dos símbolos vitais².

Ao sustentar que a teoria da sociedade como tal — isolada de todas as ciências sociais determinadas por um conteúdo particular da vida social — é a única que tem direito de ser chamada de ciência, deve-se ter em conta que o importante naturalmente não é a questão do nome, mas a descoberta daquele novo complexo de problemas particulares. A polémica a respeito da significação própria da Sociologia parece-me como algo inteiramente sem importância, se se trata tão-só da atribuição deste título a problemas já existentes e estudados. Se se escolhe para esta coleção de problemas o título de Sociologia, com a pretensão de cobrir totalmente, só com ele, o conceito da Sociologia, será necessário então justificá-lo perante outro grupo de problemas que, inegavelmente, por cima das ciências sociais (de conteúdos determinados), procuram estabelecer certas afirmações sobre a sociedade como tal e como um todo. Como cada ciência exata, destinada a compreender o dado imediatamente, a ciência social está também cercada por duas disciplinas filo-

² A introdução de uma nova maneira de considerar os fatos deve apoiar os diferentes aspectos de seus métodos em analogias de campos já conhecidos; mas unicamente o processo — talvez infinito —, em virtude do qual o princípio de sua execução se realiza dentro da investigação concreta (realização que se legitima como fecunda), pode fazer superfúas tais analogias e mostrar a igualdade de forma encoberta pela diversidade de matérias. Este processo vai desfazendo as obscuridades dessas analogias, na medida em que as torna superfúas.

sóficas. Uma delas se ocupa das condições, dos conceitos fundamentais e dos pressupostos de qualquer investigação isolada. Estes problemas não podem encontrar em si mesmos a sua conclusão, sendo antes seus antecedentes necessários. Na outra disciplina filosófica, esta investigação isolada tende à perfeição e à conexão, e posta em relação com questões e conceitos, que não ocupam nenhum lugar na experiência e no saber objetivo imediato. Aquele é a teoria do conhecimento do incerto domínio particular. A última encerra propriamente dois problemas que, todavia, costumam permanecer confundidos, com razão, no exercício real do pensamento. O sentimento de insatisfação que nos produz o caráter fragmentário dos conhecimentos particulares, o prematuro fim das conclusões objetivas e das séries demonstrativas, leva a completar estas imperfeições com os meios da especulação, e exatamente estes mesmos meios servem também à necessidade paralela de completar a inconexão e a estranheza recíproca daqueles fragmentos, reunindo-os na unidade de um todo. Junto a esta função metafísica, que atende ao grau do conhecimento, caminha uma outra para outra dimensão da existência, na qual reside a interpretação metafísica de seus conteúdos: nós expressamos esta função como o sentido ou o fim, como a substância absoluta sob os fenômenos relativos, e também como o valor ou o significado religioso. Diante da sociedade, esta atitude espiritual produz questões como estas: é a sociedade o fim da existência humana ou um meio para o indivíduo? Longe de ser um meio, não será ao contrário um obstáculo? Reside seu valor em sua vida funcional ou na produção de um espírito objetivo, ou nas qualidades éticas que produz nos indivíduos? Manifesta-se nos estágios típicos da evolução da sociedade uma analogia cósmica, de modo que as relações sociais dos homens teriam de ordenar-se numa forma ou ritmo geral que, sem manifestar-se nos fenômenos, seria o fundamento de todos os fenômenos, e que dirigiria também as forças das raízes dos fatos materiais? Enfim, podem ter as coletividades um sentido metafísico-religioso ou é este reservado às almas individuais?

Mas estas e inumeráveis questões de natureza análoga, não me parecem possuir a independência categorial, a relação peculiar entre objeto e método, que as legitimaria como bases para considerar a Sociologia como uma nova ciência ao lado das já existentes. Todas elas são questões puramente filosóficas, e que elas tenham escolhido por objeto a sociedade significa somente que estendem a um novo campo um modo de conhecimentos que, por sua estrutura, existem já de há muito. Em conclusão, reconheça-se ou não como ciência a filosofia, o certo é que

a filosofia da sociedade não tem nenhum direito para subtrair-se às vantagens ou desvantagens de sua ligação com a filosofia, constituindo-se como uma ciência particular da Sociologia.

A mesma coisa ocorre com o tipo de problemas filosóficos que não têm, como os anteriores, a sociedade por pressuposto, mas que, ao contrário, questionam os pressupostos da própria sociedade. Não no sentido histórico, como se tratasse de descrever o aparecimento de uma sociedade determinada, ou das condições físicas ou antropológicas como fundamento para que surja a sociedade. Também não se trata aqui dos diferentes instintos que levam o sujeito a realizar, em contato com outros sujeitos, aquelas interações cujas modalidades a Sociologia descreve. Trata-se de determinar o seguinte: quando aparece tal sujeito, quais são os pressupostos de sua consciência, de ser um ente social? Naquelas partes tomadas em si e para si, não há ainda sociedade; nas formas de interação esta já existe realmente: quais são, pois, as condições internas e fundamentais, baseados nas quais os indivíduos providos de tais instintos produzem sociedade? Qual é o *a priori* que possibilita e forma a estrutura empírica do indivíduo como ser social? Como são possíveis, não somente as formas particulares empiricamente produzidas, que se incluem no conceito geral de sociedade, e sim a sociedade em geral, como forma objetiva de almas subjetivas?

3. O CAMPO DA SOCIOLOGIA *

A tarefa de informar a respeito da Sociologia como ciência choca-se com uma primeira dificuldade, pelo fato de que sua reivindicação ao título de ciência não é, de modo algum, incontestada. Mais ainda, mesmo que lhe seja concedido tal título, as opiniões sobre seu conteúdo e seus objetivos apresentam um quadro vasto e caótico. As contradições internas e os pontos obscuros são tantos que realimentam sempre de novo a dúvida, se nós, de fato, nos encontramos diante de uma problemática cientificamente bem colocada, ou não. A ausência, nela, de uma definição segura e indiscutível de seus limites, ainda seria perdoável se, pelo menos, abrangesse um conjunto de problemas específicos dos quais outras ciências não tratassem (ou não tratassem exaustivamente), e esses problemas contivessem o fato ou o conceito de "sociedade" como um elemento, e, em seu contexto, possuissem um ponto de contato comum. Fosseim eles tão distintos também em outros conteúdos, outras orientações ou outras formas de solução, de modo a não permitir que viessem a ser discutidos como provável ciência unitária. O conceito de Sociologia lhes proporcionaria, sem dúvida, um abrigo provisório; e, no mínimo, ficaria garantido o modo como haveríamos de investigá-los. Do mesmo modo relativo com que o conceito de técnica tem plena legitimidade de

* Reproduzido de SUMMER, G. Das Gebiet der Soziologie. In: —. *Grundfragen der Soziologie*. 3. ed., inalterada. Berlin, Walter de Gruyter, 1970. p. 5-6, 8-14, 16-8, 23-4. Trad. por Otto E. W. Maas. Tradução revista pelo Organizador.

se aplicar a um vastíssimo campo de objetivos diversos, sem que o mesmo promova a compreensão ou a solução de cada objetivo em particular a ponto de atribuir um característico comum nesse vocábulo (técnica). Só que essa frágil conexão dos mais variados problemas, que, em todo caso, oferece a possibilidade de uma unidade num nível mais profundo, parece desintegrar-se diante da problemática do conceito de sociedade, do único vínculo a garantir a coesão, ou seja, diante da problemática, na qual, em princípio, procura estruturar-se a negação da Sociologia. Deveras curioso é verificar-se que, tanto em sua versão restrita, quanto em sua versão mais ampla, esse conceito se prende às provas contra a existência da Sociologia como ciência. Ouve-se dizer que toda a existência real reside exclusivamente nos indivíduos, nas suas constituições naturais e nas suas vivências, que a "sociedade" não passa de uma abstração, cujo valor prático é inestimável e cuja utilidade é imensa para a síntese transitória dos fenômenos, contudo não constitui a sociedade um *objeto* real, além dos seres individuais e dos processos que nestes se verificam. Ora, examinados, cada um destes últimos, sob o prisma da lei natural e do contexto histórico em que se inserem, objeto real algum pode restar para outra ciência qualquer, distinta, que a eles se refira. Se, para essa crítica, a sociedade dispõe de poucos elementos para demarcar um âmbito de ciência, o mesmo também acontece quando se lhe atribui uma extensão demasiado excessiva. Afirma-se, neste último sentido, que tudo que os homens são e fazem dentro da sociedade é por ela determinado e ocorre como parte de sua vida. Por conseguinte, não haveria nenhuma ciência das coisas humanas que não fosse ciência da sociedade. Assim, em lugar das ciências históricas, psicológicas e normativas, todas artificialmente isoladas como ciências particulares, deveria, pois, haver uma só ciência da sociedade que, em sua unidade, seria capaz de expressar o fato de todos os interesses, conteúdos e fatos humanos se integrarem como unidades concretas através da socição. Obviamente, esta determinação, que pretende dar tudo à Sociologia, tira-lhe tanto quanto lhe tira aquela primeira que nada pretende lhe conceder. [...]

Essa obstinada afirmação de que, afinal, só existem *indivíduos* humanos e de que somente eles concretamente se constituem em objetos de ciência, não pode impedir, no entanto, que falemos de história do catolicismo ou da social-democracia, de cidades e reinados, de movimento feminista, da situação do artesanato ou de milhares de outros eventos de conjuntos ou de formas coletivas, inclusive da própria sociedade. Expressa nestes termos, a sociedade constitui, obviamente, um conceito

abstrato. Mas todas as inúmeras formas e grupos particulares que este conceito abrange, não somente constituem objetos de pesquisa, como também merecem ser pesquisados, que de modo algum se reduzem às formas individuais de existência isoladamente assumidas.

Talvez se deva a uma imperfeição do nosso conhecimento, ou mesmo seja transitoriamente inevitável que nosso conhecimento tenha de buscar seus princípios básicos (atingíveis ou não) nos seres individuais considerados como existências concretas definidas. No entanto, e a rigor, nem mesmo os indivíduos podem ser considerados como elementos últimos, ou seja, não podem ser interpretados como "átomos" do mundo humano. Na verdade, a unidade talvez indissolúvel, que o conceito de indivíduo nos sugere, não chega a constituir, de modo algum, objeto do conhecimento, mas somente da vivência. A maneira de cada um saber que a unidade existe em outro ser não se compara com nenhuma outra forma de saber. Aquilo que cientificamente conhecemos nos outros homens são traços individuais e particulares que talvez somente se apresentem uma única vez, talvez mesmo em situação de influência recíproca, a exigir, em cada caso particular, uma forma de consideração e de sondagem relativamente isolada. Esta sondagem importa, em cada indivíduo, na consideração da influência de inúmeros fatores de natureza física, cultural e pessoal, geradas de toda parte e de todas as direções, estendendo-se indefinidamente pelo tempo. E é somente na medida em que isolamos e compreendemos tais elementos, na medida em que os reduzimos a elementos mais simples, profundos e distantes, que nos aproximamos daquilo que é realmente "último", ou seja, real e rigorosamente básico para qualquer síntese espiritual de ordem superior. [...]

E se a verdadeira realidade somente cabe às verdadeiras unidades últimas, e não aos fenômenos em que essas unidades encontram sua *forma*, e toda forma, por constituir sempre uma ligação, acrescentável por um sujeito que estabelece a ligação, é óbvio então que nos escapa por completo a realidade que se pretende conhecer. Também é totalmente arbitrária a linha divisória que conclui esta rearticulação sobre o "indivíduo". Isso porque, para a análise progressiva em curso, apresenta-se forçosamente este indivíduo como um conjunto de qualidades, destinos e forças singulares, bem como de decorrências históricas, que, em relação ao indivíduo, são, realidades elementares, como o são os indivíduos em relação à "sociedade".

Assim, o pretensão realismo, que endereça aquela crítica ao conceito de sociedade e, por extensão, à Sociologia, faz desaparecer precisamente qualquer realidade cognoscível, por atará-la até o infinito e procurá-la

no domínio do intangível. O conhecimento deve, de fato, ser concebido de conformidade com um princípio de estruturação bem diferente. Deve ser concebido como princípio que subtrai do complexo mundo fenomenal externo uma série de objetos especificamente diferentes, mas igualmente capazes de serem reconhecidos como definitivos e unitários. A *distância* variável em que o espírito se coloca em relação ao referido complexo simboliza perfeitamente essa situação. [...]

A diferença existente apresenta-se somente com referência aos diversos propósitos do conhecimento, aos quais correspondem distâncias diferentes.

Poder-se-ia mesmo fundamentar de forma mais radical ainda a validade da visão científica da sociedade, em sua independência do fato de que todo o evento real se cumpre somente no indivíduo. Nem mesmo é verdade que com o conhecimento das diferentes séries de eventos *individuais* se capta a realidade imediata. Essa realidade, como tal, manifesta-se, a princípio, como um complexo de imagens, como uma superfície de fenômenos justapostos em seqüência ininterrupta. Se subdividimos essa existência (*Dasein*), de fato realmente original, em destinos individuais, ligando a simples factualidade dos fenômenos a sujeitos singulares, deles fazendo os pontos de entroncamento em que a mesma se condensa — se realizamos isso, também estamos realizando uma configuração espiritual, ulterior, da realidade imediata que a nós se apresenta. É uma configuração, que, por puro hábito, realizamos naturalmente, como algo totalmente inequívoco e manifesto na própria natureza das coisas. Se se quiser, pode-se dizer que essa configuração é subjetiva, mas também, por dar uma imagem válida do conhecimento, igualmente objetiva, como a síntese do que se nos apresenta sob a categoria da sociedade. São apenas os fins especiais do conhecimento que decidem se a realidade imediatamente manifestada ou vivida deve ser estudada em função de um sujeito pessoal ou de um sujeito coletivo. Ambas as posições são, indistintamente, “pontos de vista”; são posições que não estão uma para outra como a realidade está para a abstração, mas como modalidades da nossa própria reflexão; ambas afastam-se da “realidade”. Dessa realidade que, como tal, de modo algum pode constituir ciência, mas assume a forma de conhecimento somente através de semelhantes categorias.

Mas sob um ponto de vista bem diverso, deve-se conceder ainda que a existência humana só se realiza em indivíduos, sem com isso sacrificar a validade do conceito de sociedade. Tomando-se este em sua acepção mais geral, entende-se por sociedade a interação psíquica

que se verifica entre indivíduos. Contudo, não deve causar espécie, nem vai contra tal determinação, o fato de certos fenômenos fronteiros não parecerem conformar-se facilmente com ela. Quando duas pessoas se olham fortuitamente ou quando várias delas se comprimem numa fila de bilheteria, não se pode ainda, só por isso, admiti-las como sociadas (*vergesellschaftet*). No entanto, por superficial e passageira que seja essa ação recíproca, ainda assim mesmo poder-se-ia falar em socição, no caso e na medida em que, eventualmente, essas interações se tornem mais frequentes e intensas, numa associação de umas com as outras do mesmo gênero, a fim de justificar essa designação. Prende-se ao uso superficial da palavra — sem dúvida, satisfatório para a prática externa — querer reservar a denominação de sociedade somente à relação recíproca *duradora*, somente àquelas já objetivadas em formas que se constituem em unidades perfeitamente caracterizadas, como as de estado e família, corporações e igrejas e ligas, etc. Mas, fora estas, existem inúmeras outras formas de relações e tipos de interação entre os homens. Existem casos isolados de formas aparentemente insignificantes, formas que se misturam e desaparecem entre as formas sociais, por assim dizer, oficiais, mas, na verdade, constroem todas elas a sociedade tal como a conhecemos.

Todos esses grandes sistemas e organizações supra-individuais, que habitualmente nos vêm ao espírito quando pensamos em sociedades, nada mais são que cristalizações — sob a forma de quadros permanentes e de formações independentes — de interações diretas entre os indivíduos de forma permanente, a todo o instante e por toda a vida. Com isso eles certamente adquirem existência autônoma e leis próprias, com as quais também podem confrontar-se e opor-se a essas vitalidades mutuamente determinantes. A sociedade, no entanto, cuja vida se realiza num fluxo incessante, significa que os indivíduos se encontram vinculados uns aos outros por força da influência mútua e da determinação recíproca que exercem uns sobre os outros. Por conseguinte, a sociedade se apresenta como algo de funcional, como algo que os indivíduos fazem e suportam ao mesmo tempo. Por esse caráter fundamental, não se deveria falar em sociedade, mas em socição. Sociedade, então, é somente o nome para círculos de indivíduos vinculados entre si por esses tipos de relações recíprocas. Diz-se que esses indivíduos, assim relacionados, constituem uma unidade, a exemplo do que ocorre com os sistemas de massas corpóreas, as quais, por ação recíproca, se determinam perfeitamente, razão pela qual são consideradas como constituindo uma unidade. Agora, no que se refere a esta última, pode-se insistir que a “realidade”

genuína somente existe nas partes materiais e individuais que constituem essa unidade; que os movimentos e alterações que as referidas partes provocam entre si, reciprocamente, não são palpáveis, constituindo somente realidades de segundo grau; que estes movimentos e alterações só tenham lugar nas mencionadas unidades de substância; que a chamada unidade não é senão a visão de conjunto dessas existências materiais especiais, cujos impulsos e formações, recebidos ou emitidos, permanecem, no entanto, em cada uma das mencionadas existências. Neste mesmo sentido, pode-se, outrossim, admitir também que apenas os indivíduos humanos sejam realidades propriamente ditas; contudo nada se lucra com isso. A sociedade, então, deixa por assim dizer de constituir substância, ou qualquer coisa concreta em si, nada mais sendo do que um *acontecimento*, com a função mediante a qual cada um recebe de outrem, ou lhe comunica, um destino e uma forma. Assim, em busca do tangível, encontraríamos somente indivíduos, e, entre eles, por sua vez, nada mais do que espaço vazio. [...]

A compreensão, de que o homem em todo o seu ser e em todas as suas manifestações define-se por viver em interação com outros homens, deverá conduzir, na verdade, a um reexame de *perspectiva* de todas as chamadas ciências do espírito.

Os grandes conteúdos da vida histórica — a língua e a religião, a formação dos estados e a cultura material — não encontravam ainda nenhuma explicação, em pleno século XVIII, senão com "invenções" de certas pessoas especiais. Mas quando o entendimento e os interesses dessas pessoas não pareciam bastar para tal realização, restava somente o apelo a forças transcendentais, para as quais, de resto, o "gênio" de cada inventor formava um plano intermediário. O conceito de gênio nada mais exprimia senão o fato de que as forças do indivíduo, conhecidas e concebíveis, seriam insuficientes para a produção efetiva do fenômeno. Nessas circunstâncias via-se na língua a invenção dos indivíduos ou uma dádiva divina. A religião, como evento histórico, seria a invenção de espertos sacerdotes ou da vontade divina; as leis morais seriam cunhadas por heróis das massas ou concedidas ao homem por Deus, ou pela "Natureza", hipótese não menos mística que a anterior. A visão social dessa produção decorre, por sua vez, precisamente das alternativas incompletas aqui citadas. Todas aquelas formações resultam das relações recíprocas que se estabelecem entre os homens, ou às vezes são as próprias relações aqui citadas, relações que, efetivamente, são indeluzíveis do indivíduo em si. Ao lado daquelas duas possibilidades, agora se justapõe a terceira: a produção dos fenômenos através da vida

social, em duplo sentido. Primeiramente, pela ação recíproca e justaposta dos indivíduos, ação que produz *dentro* de cada um o que, *a partir dele*, não se explica; em segundo lugar, pela sucessão das gerações, cujas heranças e tradições se fundem solidamente com as aquisições peculiares do indivíduo, fazendo com que o homem social, ao contrário de qualquer vida subumana, não seja apenas um descendente, mas propriamente um herdeiro. Mediante a conscientização desse tipo de produção social, que se insere entre o tipo meramente individual e o transcendente, um método genético acabou por impor-se a todas as ciências do espírito, como um novo instrumento para a solução dos seus problemas — digam respeito ao Estado ou à organização da Igreja, à língua ou ao código moral. A Sociologia não constitui somente uma ciência com objeto próprio e distinto, diante das outras ciências, em termos de divisão do trabalho, mas chega mesmo a constituir, por si, um *método* das ciências históricas e do espírito. Para que dela possam servir-se, tais ciências não têm que abandonar, em absoluto, sua posição já conquistada. Diferentemente do que admite um conceito fantástico e exagerado da Sociologia, nada as obriga a se integrarem na Sociologia como parte desta. Pelo contrário, esta se coaduna com qualquer área específica de pesquisa, seja essa área de natureza econômica, histórico-cultural, ética ou teológica. Neste sentido, porém, o comportamento da Sociologia não difere essencialmente do que assumira, no passado, a indução, que, na qualidade de novo princípio de pesquisa, penetra em quaisquer grupos possíveis de problemas, contribuindo para novas soluções das questões que propõem. Mas nem por isso constitui-se a indução em nenhuma ciência especial, ou mesmo abrangente, e a mesma coisa sucede com a Sociologia, no que se refere a *esses* caracteres. Na medida em que ela se baseia na necessidade de que o homem deve ser compreendido como um ser social, e na que a sociedade é a portadora de todos os acontecimentos históricos, não cabe à Sociologia nenhum *objeto* que já não tenha sido tratado por alguma das ciências existentes. Constitui somente uma nova via à disposição dessas ciências, um método científico que, por aplicar-se à totalidade dos problemas, não constitui uma ciência com conteúdo próprio¹. [...]

A finalidade dessas exposições baseia-se no reconhecimento de que, ao lado da vida social, como força fundamentadora e fórmula da vida

¹ Estas frases finais e mais algumas outras foram extraídas de minha obra maior — *Sociologia. Ensaio sobre as formas de socição* (1908) — na qual dispensamos, a muitas das idéias aqui abordadas, um desenvolvimento mais apurado e detalhado, com fundamento em fatos históricos largamente comprovados.

humana, existe outra vida humana cujas origens e compreensão decorrem do significado objetivo de seus conteúdos, bem como da natureza e da produtividade dos indivíduos como indivíduos, ou talvez ainda de outras categorias mais, até aqui não consideradas. Estas formas de decomposição e estruturação da vida e da ação, sentidas de imediato como partes de uma unidade única, são formas que se situam em um mesmo nível e se revelam igualmente legítimas. Em consequência disso — e é o que importa agora —, jamais uma só forma destas duas é suficiente e capaz de constituir a única via a conduzir-nos ao conhecimento, nem mesmo de levar-nos ao conhecimento que é determinado pela forma social da nossa existência. Também esta peca por sua unilateralidade, complementando outras e sendo por elas complementada. Mas, sem dúvida, com esta ressalva, ela é, em princípio, capaz de proporcionar a possibilidade de um conhecimento integral da existência humana. Os fatos políticos e religiosos, econômicos, jurídicos e culturais, a própria língua e numerosos outros podem ser questionados quanto a saber de que modo eles, além de determinadas realizações de responsabilidade individual, com significação objetiva, podem ser compreendidos como produtos da própria sociedade, podendo também representar aspectos do seu desdobramento (dela, sociedade). A validade dessa forma de conhecer não se torna ilusória, nem mesmo que não se conte com uma definição perfeitamente esclarecedora e incontroversa da natureza desse tema, isto é, da sociedade. Ocorre que nosso espírito tem a capacidade de erigir uma construção segura sobre um fundamento conceptualmente ainda inseguro. Fatos físicos e químicos não se ressentem da obscuridade e da problemática do conceito de matéria; fatos jurídicos independem da polémica em torno da natureza do direito e dos seus primeiros princípios; nem os psicológicos se importam com a problemática da "essência da alma".

4. A CONCEPÇÃO VITALISTA E MECANICISTA DA COMPREENSÃO *

A inerência dos motivos psico-históricos e materiais caracteriza-se como intrínseca ao fenómeno da compreensão considerado em sua totalidade. O desenvolvimento, psicologicamente real, de uma cadeia articulada e constituída de elementos consolidados em sua seqüência temporal a nós se torna compreensível unicamente por força da relação objetiva e transvital de seus conteúdos. Sem constatar a existência da ascensão e decadência que nela se manifesta e sem saber que os conteúdos, objetiva-mente e como tais, estabelecem, entre si, uma referência recíproca, bem como sem saber ainda que, independente de sua realização no tempo, cada um deles fundamenta ou determina o outro, também não é possível compreendê-los como seqüência psíquica temporalmente real. Por outro lado, como desenvolvimento ordenado, esta determinação ideal que entre os mesmos se estabelece, é possível na medida em que um movimento psíquico contínuo os atravessa. A evolução objetiva dos conteúdos exige que o *a priori* da comunicação de sua forma resida na continuidade evolutiva do consciente. Esta continuidade indefinível se manifesta como sensação específica e tão-somente ela consegue quebrar o hermetismo absoluto dos conteúdos isolados e os introduz na continuidade que outra coisa não é senão o próprio desenvolvimento. Dessa

* Reproduzido de SHAMPEL, G. *Vom Wesen des historischen Verstehens*. Berlin, Ernst Siegfried Mittler & Sohn, 1918. p. 29-31. Trad. por Otto E. W. Maas. Tradução revista pelo Organizador.